



Da palavra à ação:

O chamado da América Latina e do Caribe por uma migração digna, segura e com direitos

Nada sobre migrantes sem migrantes!

A partir das lideranças migrantes, familiares de migrantes, redes e organizações da sociedade civil e baseadas na fé da América Latina e do Caribe, consideramos que o Segundo Fórum de Revisão da Migração Internacional (FEMI 2026) representa uma oportunidade-chave para **reorientar a governança migratória rumo a uma abordagem centrada na dignidade humana, na perspectiva de gênero, nos direitos e na corresponsabilidade internacional**. No entanto, persiste uma lacuna preocupante entre os compromissos assumidos no Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular e sua implementação real, o que coloca em risco sua legitimidade.

Na prática, continuam as violações de direitos fundamentais, como a criminalização da migração, a detenção sistemática, as deportações sem garantias, as expulsões coletivas e devoluções a terceiros países, os desaparecimentos de migrantes, bem como os discursos xenófobos. Diante disso, é urgente **fortalecer a responsabilização e assegurar que as políticas migratórias estejam efetivamente alinhadas com os princípios do Pacto e os padrões internacionais de direitos humanos**. Uma medida fundamental é garantir a **não regressão** em relação à Declaração de Progresso de 2022 e ao marco de direitos humanos. Por isso, **instamos a garantir que todas as pessoas migrantes, sem distinção de sua situação migratória, tenham acesso a seus direitos, recebam um tratamento digno e não sejam excluídas da Declaração de Progresso 2026 em razão de seu status migratório**. Isso, aliado à **ampliação efetiva de vias de migração regular desde os países de origem** e de destino, bem como à regularização migratória, constitui ações concretas para prevenir riscos, violências, tráfico de pessoas e mortes ou desaparecimentos de migrantes.

A **participação das pessoas migrantes deve ser real e efetiva**, garantindo sua inclusão na tomada de decisões, com representação, financiamento e reconhecimento como atores-chave. **Concretamente, fazemos um chamado para a criação de redes nacionais de migração com a participação de pessoas migrantes, seus familiares, organizações baseadas na fé e da sociedade civil**.

As **deportações e a criminalização estão entre os principais focos de violação de direitos humanos**, pois frequentemente são realizadas sem o devido processo e em condições que expõem as pessoas a graves riscos. É indispensável **garantir o respeito ao princípio da não devolução (non-refoulement), ao devido processo e aos padrões internacionais em todos os procedimentos de deportação, devolução e retorno**.

Por fim, o FEMI 2026 deve abordar a **mobilidade humana a partir de uma perspectiva integral e interseccional**, considerando fatores estruturais como as violências, a desigualdade e os fatores socioambientais, traduzindo-se em compromissos concretos, mensuráveis e com mecanismos efetivos de acompanhamento, coerentes com os compromissos de desenvolvimento sustentável e com maior investimento em capacidades locais, reconhecendo o papel fundamental das pessoas migrantes, da sociedade civil e de suas comunidades.

Leia nosso posicionamento completo e seus signatários aqui: bit.ly/IMRFLAC26

